

TJDF decidirá destino de juiz

ANA MARIA CAMPOS

DA EQUIPE DO CORREIO

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF) vai se reunir mais uma vez para decidir o destino de um de seus integrantes. Na próxima sexta-feira, às 11h30, os desembargadores vão apreciar uma representação do procurador-geral de Justiça do Distrito Federal, Rogério Schietti, contra o juiz da 1ª Vara de Fazenda Pública, Walter Muniz de Souza. O Ministério Público pede o afastamento do magistrado de suas funções e a abertura de processo administrativo disciplinar para apurar uma suposta violação do decoro profissional.

Motivo: uma relação suspeita entre o magistrado e um advogado que representa uma causa milionária em tramitação na 1ª Vara de Fazenda Pública. Durante uma investigação, o Ministério Público descobriu que o juiz Walter Muniz comprou em março de 2002 uma caminhonete Pajero Sport, cor preta, zero quilômetro, por R\$ 97 mil. A entrada, no valor de R\$ 70 mil, teria sido paga com um cheque emitido por Uracy Gaspar Bosque, que atua num processo de desapropriação de terras localizadas na área onde foi criada a Reserva Biológica de Águas Emendadas, na região de Planaltina.

O Ministério Público do DF soube que um cheque de Uracy foi usado no negócio fechado por Muniz, ao obter na Justiça a quebra do sigilo bancário do advogado. Ele responde a uma ação, na Sexta Vara Criminal, sob a acusação de usar uma procuração falsa que lhe deu poderes para representar 30 supostos clientes que tinham direito a uma indenização no valor de R\$ 7,3 milhões, pela desapropriação de uma gleba de 293 hectares.

Segundo denúncia do Ministério Público, Uracy se apropriou do dinheiro que deveria ser repassado aos antigos proprietários das terras. O processo criminal ainda não tem sentença e o advogado terá direito de se de-

fender das acusações. Em abril do ano passado, Uracy chegou a ser preso e passou 30 dias numa cela especial na 3ª Delegacia de Polícia, no Cruzeiro.

A Justiça também decretou o bloqueio dos bens do advogado, inclusive, de uma Pajero, de cor prata, comprada pela mulher de Uracy, Maria da Glória Bosque, na mesma concessionária e com a mesma vendedora, uma semana antes do negócio fechado por Walter Muniz. O preço também foi o mesmo: R\$ 97 mil. Além desse bem, o bloqueio incluiu, entre outras propriedades, uma projeção na quadra 300 do Setor Sudoeste, no valor de R\$ 5,7 milhões, que Uracy comprou, numa licitação da Terracap, em agosto de 2002, logo depois de receber da própria empresa do governo do Distrito Federal uma carta de crédito em seu nome como parte da indenização pela desapropriação da Reserva de Águas Emendadas.

Para o procurador-geral de Justiça do DF, Rogério Schietti, o fato de o magistrado receber um cheque de um advogado que milita na sua área de atuação se agrava por outros motivos. "O ato revela indícios de que o representado tenha violado o decoro profissional, isto se considerados outros fatos precedentes envolvendo a ambos", sustenta Schietti na representação enviada ao presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, José Jeronimo Bezerra de Souza.

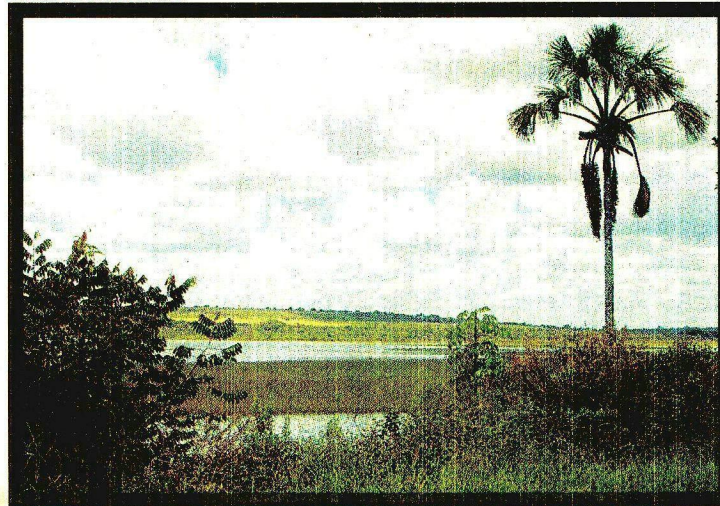
De acordo com o Ministério Público, Uracy defende interesses particulares de Walter Muniz e da filha dele em processos judiciais. Apesar disso, o juiz não se considerou impedido de atuar na ação de desapropriação. Para Schietti, o advogado foi beneficiado por "decisões que lhe conferem indevida vantagem patrimonial, em detrimento do erário". Durante a investigação sobre as supostas irregularidades na desapropriação da área, o Ministério Público pediu vistas do processo na 1ª Vara de Fazenda Pública. Walter Muniz, no entanto, negou o pedido, sob o argumento de que o Minis-

Adauto Cruz/CB/25.10.98



PRESIDENTE DO TJDF, DESEMBARGADOR JOSÉ JERONIMO, NOTIFICOU JUIZ WALTER MUNIZ PARA QUE APRESENTE SUA DEFESA

Marcelo Ferreira/CB/8.3.04



RESERVA DE ÁGUAS EMENDADAS: ADVOGADO DE URACY DEFENDE AÇÃO DO JUIZ

tério Público não era parte no processo que tratou de um acordo entre a Terracap e particulares. Por conta disso, o Ministério Público entrou com um recurso no TJDF e obteve uma liminar para poder ter acesso aos autos.

Logo que recebeu a representação elaborada por Schietti, o presidente do TJDF notificou Wal-

ter Muniz para que apresentasse sua defesa. Na semana passada, José Jeronimo incluiu a denúncia na pauta do Pleno Administrativo do TJDF, formado pelos 34 desembargadores. Para decidir afastar o magistrado e instaurar processo contra ele, é necessário o voto de dois terços do TJDF.

No ano passado, o tribunal de-

cidou afastar dois desembargadores: Wellington Medeiros e Valter Xavier. Medeiros foi punido com a aposentadoria compulsória, depois de ser flagrado em conversas consideradas comprometedoras com o deputado distrital Pedro Passos (PMDB). Acusado de beneficiar titulares de cartórios, Xavier pediu a aposentadoria proporcional ao tempo de serviço, logo depois de ser afastado temporariamente para ser investigado. Alegou que não havia isenção para seu julgamento no TJDF.

Desde sexta-feira, o Correio Braziliense tenta conversar com o juiz Walter Muniz. A reportagem procurou o magistrado na 1ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal. Mas foi informada de que o magistrado está de licença e só retorna em agosto. O Correio também tentou falar com o juiz, para que ele pudesse apresentar sua versão em relação aos fatos sustentados pela Procuradoria-geral de Justiça do Distrito Federal. Apesar de o jornal deixar recados na sexta-feira e ontem, não obteve retorno às ligações.

Direito de posse

Defensor de Uracy Bosque, o advogado Pedro Calmon sustenta que o juiz Walter Muniz é um homem "íntegro" e não adotou nenhuma medida para favorecer seu cliente no processo de desapropriação da área onde foi criada a Reserva de Águas Emendadas. Segundo Calmon, o magistrado só atuou na fase final do processo, quando a sentença que determinou o pagamento das indenizações já havia transitado em julgado. Ou seja, não havia mais possibilidade de revertê-la. "O Dr. Walter Muniz apenas praticou atos de judicatura, que aliás foram acompanhados pelo Ministério Público e pelo Departamento Jurídico da Terracap", afirma Calmon.

O advogado de Uracy afirma que seu cliente comprou o direito de posse das terras que posteriormente foram desapropriadas e por isso teria direito às indenizações pela desapropriação da área. Ao comprar as terras, ele teria pago um preço irrisório porque não havia expectativa de as indenizações serem pagas. Em abril de 1994, no entanto, a Terracap autorizou acordo com uma parte dos antigos proprietários. Um segundo acordo, em agosto de 2001, viabilizou outro acordo, homologado pela 1ª Vara de Fazenda Pública. Depois disso, segundo Calmon, as terras foram valorizadas e os antigos proprietários decidiram desfazer o negócio. "Não houve nada de irregular. O Uracy vai provar isso na Justiça e Dr. Walter Muniz não pode ser afastado por suposições", sustenta Calmon. (AMC)